

No final do ano de 2002, foi editada pela prefeitura de São Paulo, a Lei 13.476/02 que conferiu grandes alterações na legislação do Imposto Sobre Serviços, que serão o objeto deste trabalho que nos propomos a editar.

Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de janeiro de 2003:

1- SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS

Tratando-se de sociedade de profissionais o imposto a ser pago deverá ser calculado pelo número de profissionais habilitados, sócio empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, o que em geral, é mais vantajoso, do que recolher o imposto de acordo com a regra geral (preço do serviço).

Dessa forma, é interessante enquadrar-se como sociedade de profissionais, para tanto, é necessária a observância de alguns critérios:

- serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal;
- serviços descritos nos itens 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90, 91 e 92 do Decreto-lei nº 406/68.

Entretanto, com a edição da nova lei, restringiu-se bastante o enquadramento como sociedade de profissionais, vez, que para assim ser considerada a sociedade não poderá:

- a) ter como sócio uma pessoa jurídica;
- b) ser sócio de outra sociedade;
- c) desenvolver atividade diversa daquela em que os sócios estejam habilitados;
- d) figurar como sócio pessoa que não preste serviço pessoal em nome da sociedade;
- e) explorar mais de uma atividade de prestação de serviços.

Assim, para que uma sociedade seja considerada de profissionais, deve-se observar a natureza do serviço e ainda, o Contrato Social respectivo.

Uma vez não enquadrada como sociedade de profissionais, o imposto será calculado de acordo com o preço do serviço.

2- BASE DE CÁLCULO

Tratando-se de Sociedades Civis a base de cálculo do imposto foi majorada, sendo resultado da multiplicação da importância de R\$ 1.200,00 anuais pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade.

3- RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Entre outros tomadores, as sociedades de assistência médica hospitalar e congêneres, passaram a ter responsabilidade tributária, devendo reter o imposto na fonte quando da prestação do serviço de que resultar remuneração ou comissão, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos, seguros ou convênios.

Da mesma forma, hospitais e prontos-socorros, pelo imposto incidente sobre os serviços a eles prestados de:

- varrição, coleta, remoção e incineração de lixo;
- limpeza, manutenção e conservação de imóveis;
- vigilância ou segurança de pessoas ou bens;
- transporte, coleta, remessa ou entrega de bens e valores;
- tinturaria e lavanderia.

O responsável tributário não será obrigado a retenção do imposto, quando:

- a) prestação do serviço se der sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte
- b) prestador do serviço:
 - gozar de isenção ou imunidade;
 - for sociedade de profissional;
 - micro-empresa que tenha direito a dedução do ISS;
 - micro-empresa enquadrada no SIMPLES.

Nestas hipóteses, o responsável possui eximida sua responsabilidade, entretanto, deve exigir do prestador do serviço que comprove seu enquadramento em qualquer destas situações.

4- INADIMPLENTO DO IMPOSTO

Em caso de não pagamento do imposto na data fixada em lei e desde que não tenha iniciado o procedimento fiscal, incidirá multa moratória no importe de 0,33% ao dia, no limite de 20%, que será calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento até o dia em que ocorrer o efetivo pagamento.

Com o início do procedimento fiscal, a falta do recolhimento do imposto implica em multa moratória de 50% e de 200%, quando tratar de contribuinte que simular que os serviços prestados em São Paulo tenham sido realizados em outro município, bem como, aqueles contribuintes que estejam obrigados a inscrição em cadastro fiscal de tributos mobiliários e não possuam inscrição.

Ademais, a nova lei ainda dispôs sobre valores de multa em caso de descumprimento de obrigação acessória, outras infrações e penalidades.

5- LANÇAMENTO E PAGAMENTO

Em caso de lavratura do auto de infração, o autuado poderá:

1. pagar dentro do prazo para defesa com valor das multas reduzido pela metade;
2. pedir parcelamento, com redução de 40% das multas;
3. ingressar com defesa.

Na hipótese de nº 3, se houver o indeferimento da defesa, o autuado poderá ainda, efetuar o pagamento do exigido dentro do prazo de recurso com redução de 25% das multas.

6- LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS

O item 1 que trata de médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres passou a ter alíquota de 2%, sendo que o valor fixado por ano é de R\$ 600,00.

7- VIGÊNCIA

Esta lei entrou em vigor na data da sua publicação (31/12/2002), gerando efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte, ou seja, em 01/01/2003.

Bueno Barbosa Advogados Associados

